



Número: **0000090-21.2016.8.15.0271**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Picuí**

Última distribuição : **28/01/2016**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
GEILDO FERNANDES DE SOUZA (AUTOR)		maria lucineide de lacerda santana (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
21904010	11/06/2019 07:44	<a href="#">[VOL 1][Petição Inicial]</a>	Petição Inicial
23764151	22/08/2019 17:37	<a href="#">Ato Ordinatório</a>	Ato Ordinatório
27422992	13/01/2020 16:40	<a href="#">Petição</a>	Petição
30386507	05/05/2020 18:10	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
31324558	05/06/2020 16:58	<a href="#">Certidão Trânsito em Julgado</a>	Certidão Trânsito em Julgado



LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ VARA CÍVEL DA COMARCA DE PICUI/PB

0000090-21.2016.815.0271



22.03.2016  
mm

**GEILDO FERNANDES DE SOUSA**, brasileiro, solteiro, agricultor, portador do RG nº 247.568-7 – SSP/PB, inscrito no CPF sob o nº 048.701.064-77, residente e domiciliado na Rua Manoel C. de Oliveira, nº05, Cenecista, **Picui/PB**, por sua advogada legalmente constituída (mandato incluso), com escritório profissional localizado na Av. Pedro II, 705, Centro, João Pessoa, Estado da Paraíba, CEP 58.013-420, Tel. (83) 3241-6957, onde deverá receber intimações e correspondências, vem à presença de V. Exa. propor a presente

### **AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)**

(Com base na Lei Nº. 6.194/74, alterada pela Lei nº. 8.441/92 e Lei n. 11.482/07)

contra **SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DPVAT** pessoa jurídica de direito privado inscrita no CNPJ sob o nº 09.248.608/0001-04, podendo ser citada por seu representante legal na Rua Senador Dantas nº 74, 5º e 6º andar Centro, RIO DE JANEIRO – RJ, CEP: 20031205, pelas razões de fato e de direito a seguir delineadas:

#### **1. DOS FATOS**

No dia 17 de julho de 2015, o Promovente foi vítima de acidente de motocicleta, ocorrido na entrada de Picuí/PB, quando ao trafegar de motocicleta (HONDA CG 125 TITAN KS), licenciada em nome de João Crisologo de Souza, a motocicleta derrapou e caiu por cima do pé esquerdo da vítima, conforme declaração em anexo.

Após o incidente, foi socorrido pelo Hospital Regional de Picuí, onde recebeu cuidados médicos, diagnosticado com **Fratura de outras partes da perna (CID 10: S82. 8)**, apresentando edema, dor, e limitação, conforme atestados, laudos e certidões em anexo. Posteriormente foi submetido a procedimento cirúrgico, no dia 20/07/15, por diagnóstico de **Luxação da articulação do tornozelo (S93. 0)**.

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orlando Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB

CACMB



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 11/06/2019 07:42:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061107443300000000021273336>

Número do documento: 19061107443300000000021273336



LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

03  
X

A partir de então, a vítima, ora Promovente, procurou munir-se da documentação necessária, para fazer valer seus direitos, vez que tal indenização, na hipótese de invalidez permanente deve ser paga, conforme disciplina o art. 3.º da Lei n.º 6.194, de 19 de dezembro de 1974.

Convém mencionar que a realização do laudo pericial pelo Instituto Médico Legal - IML é para recebimento do seguro DPVAT na esfera administrativa. A lei que regula a cobrança do seguro DPVAT, não exige o referido laudo para o ajuizamento da ação em questão.

Ademais, tendo o autor juntado aos autos prova do acidente, bem como das lesões causadas por ele, é desnecessária a juntada do laudo do IML, diante da possibilidade de produção de prova pericial durante a instrução do feito.

Considerando que há um termo de convênio de cooperação entre o tribunal de justiça da Paraíba e a Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A (convênio nº 015/2014) para a realização de perícias médicas judiciais, visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que o promovente se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo ao beneficiário.

Quanto ao valor da indenização devida ao Autor, esta ficará a critério do d. Julgador, vez que tem o livre arbítrio para decidir, de acordo com seu livre convencimento, pois a lei estabelece apenas o limite máximo da indenização, mas não fixa critério por porcentagem de debilidade.

## 2. DO DIREITO

### 2.1 DA LEGITIMIDADE ATIVA AD CAUSAM

O seguro de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de vias Terrestres - DPVAT, conhecido popularmente como SEGURO OBRIGATÓRIO, tem a finalidade de socorrer as vítimas de acidentes de trânsito em todo território nacional, não importando de quem seja a culpa.

"In casu", é direito do Promovente receber uma indenização por danos pessoais até o valor máximo de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), ante a

CACMB

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

dy

invalidez permanente. Nesse sentido, a legitimidade ativa do Promovente na presente demanda é cristalina, por ser a própria vítima do acidente instituidor do seguro.

## 2.2 DA LEGITIMIDADE PASSIVA AD CAUSAM - O SEGURO DPVAT- CONVÊNIO DE OPERAÇÃO DO SEGURO OBRIGATÓRIO DPVAT

O Art. 7º, da Lei 6.194/74, determina que, em se tratando do seguro denominado DPVAT, pelo fato de existir um consórcio, obrigatoriamente constituído por todas as seguradoras que realizam operações referentes a seguro, qualquer seguradora conveniada ao tal consórcio será parte legítima para figurar no polo passivo de demanda que vise o recebimento da indenização em tela.

Nesse sentido, a resolução nº 154 de 08 de dezembro de 2006, que *"alterou e consolidou as normas disciplinadoras do seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre, ou por sua carga, a pessoas transportadas ou não"*, é considerada como um grande avanço no âmbito dos seguros DPVAT, tendo em vista que ela criou uma seguradora líder dos consórcios, que deverá ser especializada em seguros DPVAT, nos termos do seu art. 5º, § 3º.

Assim, a seguradora Líder foi exclusivamente criada para responder pelos seguros DPVAT, em nome do consórcio, ficando responsável pelo pagamento dos prêmios, nos moldes do Art. 5º § 8º da mesma resolução.

Resta patente, Douto Julgador, a infalibilidade quanto a legitimidade da empresa promovida para responder no polo passivo da presente demanda, que pode ser corroborada pela resolução 154 dos seguros DPVAT, que é incontroversa quanto ao responsável pelo adimplemento da obrigação.

A própria lei, assim como a doutrina e jurisprudência dominantes entendem que **qualquer seguradora que faça parte do complexo da FENASEG constitui-se em parte legítima para pagamento do seguro obrigatório, dentre elas, a SEGURADORA LÍDER DPVAT, que representa suas associadas na esfera judicial.** Senão vejamos.

**"APELAÇÃO CÍVEL - COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) – LEGITIMIDADE SEGURADORA - Qualquer seguradora autorizada a operar com o DPVAT é parte legítima para responder ação que vise o recebimento de seguro obrigatório de veículo, porquanto a lei faculta ao beneficiário acionar aquela que melhor lhe aprouver, conforme Resolução 6/86, do Conselho Nacional de Seguros Privados". (TAMG - AP 0350628-9 -Uberlândia – 1ª. C. Civ. - Rel. Juiz Silas Vieira - J. 18.12.2001)**

CACMB

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orlene Fernandes, 63 • Sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

os  
x

Quanto à legitimidade passiva, mostra-se superada qualquer controvérsia, de sorte que, qualquer seguradora que atue no complexo da FENASEG, poderá compor o polo passivo da demanda, como instituição obrigada a compor e efetuar o pagamento do seguro obrigatório em questão.

## 2.3 DA DOCUMENTAÇÃO NECESSÁRIA

Dispõe o art. 5º da Lei N°. 6.194/74 que o pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, Vejamos:

**"O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado". (Grifei).**

A indenização será paga mediante a apresentação dos seguintes documentos, a saber:

**Comprovação do acidente e das sequelas sofridas; Registro da ocorrência no órgão policial competente; e Laudo do IML à época do acidente e/ou Laudo Complementar das Sequelas, demonstrando a INVALIDEZ, DEBILIDADE, PERDA ou INUTILIZAÇÃO, INCAPACIDADE E/OU A DEFORMIDADE PERMANENTE.**

O art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009, dispõe verbis:

**"O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais."**

Do texto legal, depreende-se que o Instituto Médico Legal deverá fornecer o laudo constatando e quantificando as lesões permanentes, totais ou parciais, da vítima na esfera administrativa. No âmbito judicial, a realização da prova pericial deve seguir o procedimento previsto nos artigos 420 e seguintes do CPC. Nesse sentido, segue a nossa mais atual jurisprudência:

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

06  
X

"AGRAVO - PROCESSUAL CIVIL - DECISAO QUE DÁ PROVIMENTO PARCIAL AO RECURSO DE AGRAVO DE INSTRUMENTO - COBRANÇA DO SEGURO DPVAT - INVALIDEZ PERMANENTE - PROVA PERICIAL - PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE EXAME JUNTO AO INSTITUTO MÉDICO LEGAL - INDEFERIMENTO - HONORÁRIOS PERICIAIS - FIXAÇÃO ADEQUADA - MANUTENÇÃO. RECURSO DESPROVIDO. 1 - Considerando que o laudo pericial a ser realizado pelo Instituto Médico Legal - IML, previsto no art. 5º, 5º, da Lei 6.194/74, é colocada à disposição dos beneficiários do seguro obrigatório (e não da seguradora), visando atestar e quantificar as lesões suportadas, em razão de acidente causado por veículos automotor de via terrestre, se a própria beneficiária do seguro, pretende demonstrar a sua invalidez permanente, através de perícia judicial, diga-se a propósito, muito mais completa que um simples laudo do Instituto Médico Legal, e produzida sob o crivo do contraditório, não há razão para que a suplicante se submeta à fila do IML, o que, aliás, comprometeria o rápido andamento processual, com a conseqüente delonga no pagamento de eventual indenização, em evidente prejuízo à beneficiária. 2 - Não é excessivo o valor fixado a título de honorários periciais, quando corretamente arbitrados, tendo levado em consideração as despesas e o trabalho a ser desenvolvido." (TJPR, 10ª C.Cív., Ag. Reg. nº 0615691-6/01, Rel. Des. LUIZ LOPES, Julg.: 01/10/2009). No mesmo sentido já decidi em outro feito de minha relatoria: TJPR - 10ª C.Cível - AI 0631577-1 - J. 04.02.2010; TJPR, 10ª C.Cív., AI nº 0628721-4, Julg.: 22/10/2009.

Reforçando a ideia do citado artigo, pontifica o art. 7º, caput, da lei N.º 6.194/74, ao estabelecer que:

**"A indenização por pessoa vitimada por veículo não identificado, com seguradora não identificada, seguro não realizado ou vencido, será paga nos mesmos valores, condições e prazos dos demais casos por um consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as sociedades seguradoras que operem no seguro objeto desta lei". (Grifei).**

CACVB

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-120 • João Pessoa - PB  
Rua Orlene Fernandes, 63 • Sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB







LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

07  
8

Assim, **não há que se fazer qualquer prova relativa ao pagamento do prêmio do seguro obrigatório**, bastando, apenas, a prova da existência do fato e suas consequências danosas.

Independente, pois, do pagamento do prêmio do seguro obrigatório. A propósito, vale destacar que, a matéria já se encontra **sumulada na Corte do SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**. Vejamos:

**"STJ. SÚMULA 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização". (Grifei).**

Diante dos documentos exigidos pela lei supra, todos juntos aos presentes autos, estes se encontram devidamente instruídos, tornando inconteste o nexos causal entre o acidente e o dano que vitimou a Promovente, restando como sequela debilidade permanente de seus membros inferior e superior.

Na mesma seara, decidiu a **TURMA RECURSAL CÍVEL DO ESTADO DA PARAÍBA**, observemos:

**"RECURSO - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - LEGITIMIDADE DA SEGURADORA DEMANDADA - AUSÊNCIA DE RESTRIÇÃO DA LEI Nº 8.441/92 A SUA APLICAÇÃO AOS ÓBITOS OCORRIDOS ANTES DE SUA VIGÊNCIA - DESNECESSIDADE DE PROVA DO PAGAMENTO DO PRÊMIO PELOS BENEFICIÁRIOS - SENTENÇA MANTIDA RECURSO IMPROVIDO. Todas as seguradoras consorciadas são indistintamente obrigadas ao pagamento da indenização do seguro obrigatório (DPVAT), bastando a prova da existência do fato e suas consequências danosas, observando-se a Lei n. 8.441/92, que não fez nenhuma restrição aos óbitos ocorridos antes de sua vigência, sem que se possa exigir dos beneficiários a comprovação do pagamento do prêmio".**  
(Relator: JUIZ ALEXANDRE TARGINO GOMES FALCAO. Ano: 2001. Data Decisão: 19/12/2000. Natureza: RECURSO INOMINADO. Órgão Julgador: TURMA RECURSAL CIVEL. Procedência: CAMPINA GRANDE - 2ª REGIÃO. Origem: JUIZADO ESPECIAL CIVEL. Comarca: CAMPINA GRANDE).  
(Grifei).

CACME

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orlene Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

03  
X

Ainda, proclamou o STJ:

"AÇÃO INDENIZATÓRIA - PEDIDO CUMULADO COM DANOS MORAIS - POSSIBILIDADE - SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - ACIDENTE DE VEÍCULO - RECUSA AO PAGAMENTO - PROVA DO FATO - RECURSO IMPROVIDO.

**A indenização decorrente do Seguro Obrigatório de Danos Pessoais (DPVAT), causados por Veículos Automotores Via Terrestre, devida à pessoa vitimada, pode ser cobrada de qualquer seguradora integrante do convênio, independente de pagamento do prêmio do seguro.** Havendo recusa injustificada à cobertura securitária, pode o prejudicado, a depender do caso concreto, pleitear a indenização na esfera judicial, cumulando-a com danos morais, ante o dissabor da recusa da seguradora em não pagar. "A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização" (Súmula 257 do STJ). (Grifamos).

É incontestado, portanto, a concepção atual da doutrina e jurisprudência no sentido de tão-somente exigir a prova do fato e suas consequências danosas, nada mais sendo necessário, inclusive o pagamento do prêmio.

## 2.4 DO QUANTUM INDENIZATÓRIO

Neste especial, a demanda não comporta maiores ilações. De acordo com a Lei n. 11.482/2007, **o valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor (DPVAT), em caso de invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), senão vejamos:**

"Art. 8º. Os arts. 3º, 4º, 5º e 11º da Lei no 6.194, de 19 de dezembro de 1974, passam a vigorar com as seguintes alterações:

"Art. 3º. Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:

...

CACMB

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB.  
Rua Orclene Fernandes, 63 • sala 110 • Mei Shopping • Sapé - PB.







LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente; e

..." (Grifos nossos).

Assim, estando provado e incontroverso o fato do acidente automobilístico, impõe-se a condenação da Promovida com base na Legislação já sobejamente invocada.

### 3. DO PEDIDO

Ante ao todo exposto, requer a Promovente, que V. Exa. se digne determinar:

- a) O Benefício da Justiça Gratuita, constante na Lei N°. 1.060/50, c/c a Súmula 29 deste Egrégio Tribunal de Justiça do Estado da Paraíba, uma vez que o Promovente não possui condições de arcar com as custas e despesas processuais, nem com os honorários advocatícios, sem prejuízo próprio e de sua família;
- b) A citação da Promovida, na pessoa de seu representante legal, para, querendo, contestar, no prazo legal, a presente ação, sob pena de revelia e confissão;
- c) Que, ao final, seja a presente ação **JULGADA TOTALMENTE PROCEDENTE, com a condenação da Promovida a pagar ao Promovente o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a título de INDENIZAÇÃO POR DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEÍCULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE**, nos termos do art. 3.º, II, da lei n.º 11.482/07, **acrescido de juros legais e correção monetária à data do evento danoso (31/05/2014)**, conforme entendimento sumulado (Súmulas 43 e 54) do Superior Tribunal de Justiça;
- d) Requer, outrossim, a produção de provas, por todos os meios em direito admitidos, em especial pela designação de perícia médica, e a indicação de perito judicial. Com o pagamento dos honorários periciais judiciais em até 15 dias pela promovida. O valor fixado individual, conforme (convênio nº 015/2014) pactuado é de R\$ 200,00 independente do resultado da avaliação médica realizada e da gravidade da lesão apresentada pela vítima. O mesmo valerá para as avaliações médicas, conforme firmado. Bem como, o depoimento pessoal do representante legal da Promovida, depoimentos de testemunhas e **A INVERSÃO DO ÔNUS DA PROVA EM FAVOR DO PROMOVENTE**, com base no Inciso VIII, Art. 6º. da Lei N°. : 8.078/90;
- e) Requer, por último, a condenação da Promovida, ainda em custas judiciais, despesas e honorários advocatícios, estes a razão habitual de 20%.

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 703 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orlene Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB

CACMB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

10  
8

Dá-se à causa o valor de R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), para efeitos fiscais.

Termos em que,  
**Pede DEFERIMENTO.**

João Pessoa/PB, 06 de janeiro de 2016.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**  
**OAB-PB 11.662-B**

CACMB

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP: 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA  
**PROCURAÇÃO "AD JUDICIA ET EXTRA"**

**OUTORGANTE:**

Guilherme Fernandes de Sousa, brasileiro, solteiro, agricultor, portador  
do RG nº 247.568-7 - SSP/PB, inscrito no CPF nº 048.403.064,  
77, residente e domiciliado na Rua Honel C. de Oliveira, nº 05,  
Remédios, Paraíba

**OUTORGADAS:** MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA, BRASILEIRA, CASADA, ADVOGADA, INSCRITA NA OAB/PB 11.662-B, RICARDO HENRIQUE CANTALICE HARDMAN, BRASILEIRO, SOLTEIRO, INSCRITO NA OAB-PB SOB O Nº 14.903, EDNA DE LOURDES LEITE BRASILEIRO, BRASILEIRA, SOLTEIRA, INSCRITA NA OAB/PB SOB O Nº 16.105, COM ENDEREÇO PROFISSIONAL NA AV. DOM. PEDRO II, Nº 705, CENTRO, JOÃO PESSOA/PB, TELEFONE (83) 3241-6957.

**PODERES:** OS DA CLÁUSULA "AD JUDICIA ET EXTRA" PERANTE QUALQUER JUÍZO, INSTÂNCIA OU TRIBUNAL, ATÉ DECISÃO FINAL, USANDO TODOS OS MEIOS E RECURSOS LEGAIS EM REPRESENTAÇÃO DO (A) OUTORGANTE, TAMBÉM, EM QUALQUER ÓRGÃO, EMPRESAS PRIVADAS OU PÚBLICAS, SOCIEDADES DE ECONOMIA MISTA, ETC., CONFERINDO-LHES AINDA PODERES ESPECIAIS PARA: CONFESSAR, DESISTIR, TRANSIGIR, FIRMAR ACORDOS, RECEBER IMPORTÂNCIAS E VALORES, DAR QUITAÇÃO, REQUERER A EXPEDIÇÃO E RECEBER ALVARÁ, LEVANTAR VALORES ATRAVÉS DESTES, RECEBER CHEQUES DECORRENTE DE CONDENAÇÃO JUDICIAL, PRESTAR DECLARAÇÃO PARA IMPOSTO DE RENDA, AGINDO EM CONJUNTO OU SEPARADAMENTE, RECEBER CITAÇÃO, INTIMAÇÃO, NOTIFICAÇÃO, ETC., SUBSTABELECER, COM OU SEM RESERVAS DE PODERES, SEM PREJUÍZO IMEDIATO DE HONORÁRIOS A QUE SE FIZER JUS (NOS MOLDES DO PARÁGRAFO 3º, ALÍNEAS "A", "B" E "C" DO ART. 20 DO CÓDIGO PROCESSUAL CIVIL PÁTRIO), ENFIM, PRATICAR TODOS OS ATOS PREVISTOS NO ART. 38 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL, COM REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 8.952, DE 13/12/94 E ART. 5º, §2, DA LEI 8.906, DE 04/07/94 (ESTATUTO DA ADVOCACIA E DA ORDEM DOS ADVOGADOS DO BRASIL) PARA O FIEL CUMPRIMENTO DOS PODERES OUTORGADOS NESTE INSTRUMENTO.

João Pessoa, 06 de janeiro de 2015.

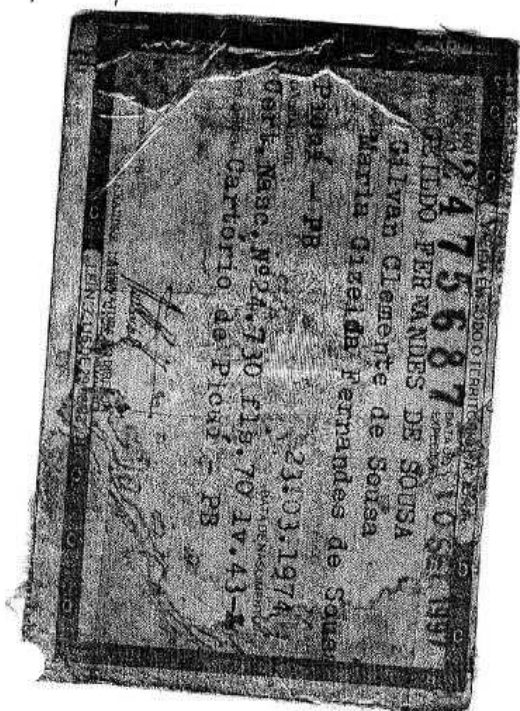
Guilherme Fernandes de Sousa

**OUTORGANTE**

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orlene Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • São José - PB





3  
8

MARIA ALOJISIA DA SILVA  
RUA MANOEL C DE OLIVEIRA, 06 - CENE COSTA  
PICIUM FIC, CEP: 58167-000 (PABX RJ)

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / BAIXA RENDIMENTO (FASICO)  
Roteiro: 11 - 90 - 535 - 1770 Referência: Ago/2015  
Nº medidor: 00301142677 Emissão: 19/09/2015

ENERGISA PARÁIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.  
R. 230, Km 25 - Centro, Póvoa de Varzea - PB - CEP 58371-480  
CNPJ 06.995.183/0001-40, Ins. Est. 15.015.823-0  
Nota Fiscal de Energia Elétrica Nº 000.794.319  
Código para Débito Automático: 00012008443

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196 Acesse: [www.energisa.com.br](http://www.energisa.com.br)

6740 1095 8399 9452 1010 7777 0111 0420

Conta referente a **CDC (Código do Consumidor): 5/1200544-3**

Ago/2015

Canal de contato

Apresentação

Tarifa de Energia Elétrica - TSEE fornecida pela Lei nº 10.436, de 28 de abril de 2002

19/08/2015

Data prevista da próxima leitura

21/09/2015

CPF/CNPJ/RANI  
88948034865

Cálculo de consumo

	Anterior	Atual	Constante	Consumo	Dias
Data	17/07/15	19/08/15	19/08/15		
Leitura	12732	12952		220	33

Faturas em atraso

24/07/2015 11042  
28/08/2015 19173

Demonstrativo

Descrição	Quantidade	Preço	Valor (R\$)
Consumo 808 30kWh-BR	30	1.13062	3.392
Consumo 31 a 100kWh-BR	70	3.22427	2257
Consumo 101 a 220kWh-BR	120	3.33840	4006
Adic. B Vermelha			6.87

IMPOSTOS E ENCARGOS

PIS	1.24
COFINS	5.71
CONTRIBUIÇÃO ILUM PUBLICA	0.26
JUROS DE MORA 05/2015	2.02
MULTA 05/2015	2.17
ICMS (base de cálculo R\$ 140.740 - 48.9008 27.0014)	37.92

Histórico de Consumo (kWh)

Jul/15	234
Jun/15	226
Mai/15	230
Abr/15	171
Mar/15	181
Fev/15	174
Jan/15	198
Dez/14	193
Nov/14	195
Out/14	193
Set/14	170
Ago/14	159

OUTROS SERVIÇOS PRESTADOS  
ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA 05/2015

VENCIMENTO

TOTAL A PAGAR

26/08/2015

R\$ 124,90

Média dos últimos meses  
92 kWh

Indicadores de Qualidade 2015 - PAB

Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIA MENSAL	1.48	NOMINAL
DIA TRIMESTRAL		200
DIA ANUAL		
FATOR MENSAL	1.00	CONTRATADA
FATOR TRIMESTRAL		LIMITE INFERIOR
FATOR ANUAL		LIMITE SUPERIOR
DMC	1.46	
DMCR	12.22	

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviços de Dist. de Energia PB	27.12	21.75
Compra de Energia	33.25	26.62
Serviço de Transmissão	2.30	1.84
Impostos e Encargos	9.27	7.43
Outros Serviços	55.12	44.33
Total	124.90	100.00

Valor do Encargo de Uso do Sistema de Distribuição  
(Ref. 6/2015) R\$ 34,33

ATENÇÃO

REAVISO: Caso a sua fatura continue em atraso, o fornecimento poderá ser suspenso a partir de 30/09/2015. Confronte Rascunho de Fatura ANEEL. O pagamento após essa data não elimina a possível suspensão do fornecimento, caso o mesmo não seja comunicado ao assinante pago e não estejam no prazo de suspensão para a Companhia. O não pagamento de faturas em atraso, além de gerar juros e multa, também pode ocasionar a suspensão do fornecimento. Este prazo não vale para as faturas já reavizadas, pois estas a suspensão do fornecimento poderá ocorrer a qualquer momento até o término do prazo de 60 (sessenta) dias, contado da data de vencimento da fatura vencida em pagamento.  
Fatura sujeita a inclusão em crédito de proteção ao crédito no caso de inadimplimento.  
Sua unidade foi liberada como Baixa Renda, tendo um desconto de R\$ 28,00.



3150 727867

14  
X



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
**7ª DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL**



## REQUISIÇÃO DE EXAME Nº 068 /2015

Exame requisitado: **EXAME TRAUMATOLÓGICO - DPVAT**  
Autoridade Requiritante: **Luísa Nascimento Correia Lima**  
  
Local: **Picuí - PB**  
Data: **10/08/2015**

Senhor (a) Gerente,

Requisitamos à Vossa Senhoria as providências para que, no prazo legal (ART. 160, Parág. Único do CPP, alterado pela Lei 8.862/94), seja procedido o EXAME TRAUMATOLÓGICO – DPVAT (ART. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74) em/na(o) pessoa de informações a seguir:

**GEILDO FERNANDES DE SOUSA**, brasileiro, união estável, marchante, natural de Picuí/PB, nascido aos 23/03/1974, filho(a) de Gilvan Clemente de Sousa e Maria Gizelda Fernandes de Sousa, residente a Rua Manoel Simeão de Oliveira, nº 02, Cenecista, Picuí/PB,

DATA E HORA DA OCORRÊNCIA: **17/07/2015, por volta das 19h00min.**

**HISTÓRICO:** A pessoa acima qualificada alega ter sido vítima de acidente automobilístico, em data e horário acima mencionados.

  
**Luísa Nascimento Correia Lima**  
Delegada de Polícia Civil

AO ILMO SENHOR GERENTE  
NÚCLEO DE MEDICINA E ODONTOLOGIA  
LEGAL - NUMOL  
Campina Grande/PB

Recebi em: \_\_\_\_ / \_\_\_\_ / \_\_\_\_







GOVERNO  
DA PARAÍBA

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA E DA DEFESA SOCIAL  
7ª DELEGACIA REGIONAL DA POLÍCIA CIVIL



15  
8

## C E R T I D ã O

Nº.Cont.: 068/2015

**CERTIFICO**, em razão do meu Ofício e a Requerimento verbal de pessoa interessada que, revendo neste Cartório Policial o Livro de Registros de Ocorrências N.º 02/2015, nele encontrei as folhas de N.º 02, o Registro n.º 02/2015, cujo teor agora passo a transcrever na Íntegra: Aos 10 dias do mês de agosto do ano de 2015, Nesta cidade de Picuí, Estado da Paraíba e na Delegacia de Polícia Civil, presente a Autoridade Policial o (a) Bel(ª). Luísa Nascimento Correia Lima, Delegada de Polícia Civil, comigo, Escrivã(o) de Polícia de seu cargo no final assinado e declarado, Ai, volta das 15h30 horas, compareceu **GEILDO FERNANDES DE SOUSA**, brasileiro, união estável, marchante, natural de Picuí/PB, nascido aos 23/03/1974, filho(a) de Gilvan Clemente de Sousa e Maria Gizelda Fernandes de Sousa, residente a Rua Manoel Simeão de Oliveira, nº 02, Cenecista, Picuí/PB, CIENTE DAS SANÇÕES CIVIS, ADMINISTRATIVAS E CRIMINAIS AS QUAIS ESTÁRA SUJEITO(A) CASO O QUANTO AQUI DECLARAR NÃO PORTE ESTRITAMENTE A VERDADE, ASSIM FAZ O REGISTRO: QUE no dia 17 de julho de 2015 por volta das 19h e 00 min., o comunicante pilotava a motocicleta HONDA CG 125 TITAN KS, placa MMS7342/PB, chassi 9C2JC30101R140604, cor VERMELHA, ano/modelo 2002, licenciada em nome de João Crisologo de Souza, na entrada na cidade de Picuí, em frente ao Restaurante Chico de Rita, quando a motocicleta derrapou e caiu por cima do pé esquerdo da vítima, QUE a vítima foi socorrida pelas testemunhas abaixo assinadas, QUE foi socorrido pra o Hospital Regional de Picuí/PB, onde recebeu atendimento médico, QUE em virtude do acidente a vítima quebrou o pé e passou por duas cirurgias. Era o que tinha a registrar. O referido é Verdade e Dou fê.

Picuí/PB, 10 de agosto de 2015.

Geildo Fernandes de Sousa  
COMUNICANTE:

João Garcia da Silva  
**JOÃO GARCIA DA SILVA**

TESTEMUNHA 1 RG 700.478- 2ª VIA SSP/RN R. Junior Adalberto de Almeida, Cenecista, Picuí/PB.

Ivanildo da Silva  
**IVANILDO DA SILVA**

TESTEMUNHA 2 RG nº 11533317 SSP/PB R. Marechal Castelo Branco, Monte Santo, Picuí/PB.

Bobô  
AGENTE ESCRIVÃO DE POLÍCIA CIVIL

Delegacia Regional de Polícia Civil – Picuí – PB  
Rua Cel. Manoel Lucas, nº 02, Bairro Centro, CEP: 58.187-000 – Picuí – PB - Fone: (83) 3371-2324



**REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - PB**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

DATA DE EMISSÃO: 2013/05/20 18/8  
VIA 1 008131637459 09/00000000 2013

NOVA - 2013

**JOAO CRISÓLOGO DE SOUZA**

CPF: 000000000000000000

PLACA: MMS7342/PB

09490752487

NOVO

PAIS/MOTOCICLETA/ANO: PAS/MOTOCICLETA/ANO ABITO CASOLINA

HONDA/CG 125 TITAN KS 2002 2002

24 P/124 /C1 PARTIDO VERMELHA

1 P/VA PAGO EM 22/05/2013 1

V \*\*\*\*\* 0 2

A \*\*\*\*\* 3

PREMIO TOTAL: 22/05/2013

**SEGURO OBRIGATORIO**

RENT. BEN. TRIBUTARIO

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO

NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

PICUI 342

22/05/2013

671

**Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S/A**

671/CNRE 09.248.898/000104

**PB Nº 010591643941 BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**JOAO CRISÓLOGO DE SOUZA**

CPF: 000000000000000000

PLACA: MMS7342/PB

09490752487

**BILHETE DE SEGURO DPVAT**

**PB Nº 010591643941**

VIA JOAO CRISÓLOGO DE SOUZA

RENT. BEN. TRIBUTARIO

DOCUMENTO DE PORTE OBRIGATORIO

NÃO VÁLIDO PARA TRANSFERÊNCIA

PICUI 342

22/05/2013

671





## GOVERNO DA PARAÍBA

SECRETARIA ESTADUAL DA SAÚDE  
HOSPITAL REGIONAL DE PICUI – “Felipe Tiago Gomes”

### DECLARAÇÃO

Declaro para os devidos fins que as informações necessárias estão presentes no Prontuário Médico em anexo, cabendo a Autoridade Competente confrontar a Veracidade dos Fatos informados com os ocorridos, conforme Prontuário Médico supracitado.

Sem mais para o momento, renovamos os votos de estima e consideração.

Picuí-PB, 04 de agosto de 2015.

  
Iranilda de Lima Dantas Freitas  
Auxiliar Adm.  
210996-4

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15  
Bairro: Monte Santo  
Picuí – PB  
CEP - 58.187-000  
Fone/Fax - (83) 3371-2990

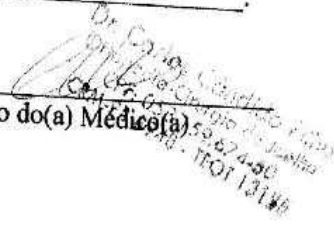


18  
8

**ATESTADO MÉDICO**

Atesto para os devidos fins que, a pedido do(a) Sr.(a) Felipe Fernandes de Sousa portador(a) da identidade RG \_\_\_\_\_, que o(a) mesmo(a) foi atendido(a) por mim no dia de hoje, às 11 horas, submetido(a) a consulta, portador da patologia CID-10 B82.8, devendo permanecer afastado(a) de suas atividades laborativas por um período de 60 (sessenta) dias, a partir desta data.

Picuí, 05/08/18.

Assinatura e Carimbo do(a) Médico(a) Dr. Carlos Augusto de Sousa  


**AUTORIZAÇÃO**

Eu, \_\_\_\_\_ autorizo o(a) Dr. (a) \_\_\_\_\_ a registrar o diagnóstico codificado CID-10 ou por extenso neste atestado médico.

Assinatura do(a) paciente ou responsável legal \_\_\_\_\_

**1ª VIA-PACIENTE**

**2ª VIA ANEXA AO PRONTUÁRIO DE ATENDIMENTO**



19  
8



ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA DA SAÚDE



SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

Rua: Francisco Pereira Gomes Nº 15

Bairro: Monte Santo - CEP - 58.187-970

Fone/Fax - (83) 3371-2990 / 3371-2554

CNPJ - 03.515.174/0001-85 UTB-14009-00

Picuí - PB

RECEITUÁRIO

Nome: Carlos Fernandes de Jesus

End: \_\_\_\_\_

Docto Médico

Paciente com história  
de acidente + notável,  
grande supressão fofa  
no fôlego Eq. fofa  
ampliada e inflexíveis,  
recebe medicação p/  
tto fisiofisiológico.

Dr. Carlos CG  
Otopneumologista  
C.R.M. 10.111  
CRM-10.111

Data 21/09/15 Carimbo e assinatura do Médico

«AO RETORNAR TRAZER ESTE RECEITUÁRIO



20  
X



Prefeitura Municipal de  
**Nova Floresta**  
Construindo uma Nova Floresta melhor  
Secretaria Municipal de Saúde

### RECEITUÁRIO

NOME \_\_\_\_\_

DE CIMA CAÍS

O USUÁRIO JAILDO FERNANDES  
DE SOUSA ENCONTRA-SE EM  
ALTA DOS SERVICOS DE  
FISIOTERAPIA, APÓS TRA-  
TAMENTO P/ LIMITAÇÃO FUNCIONAL  
NO TORMZELO ESQUERDO.

Leonardo Paustino P. Porto  
FISIOTERAPEUTA  
CREITA 124708-E


Data: 25.09.2015

MÉDICO

OBS.: Melhora a sua letra, uma má interpretação pode trazer prejuízo ao paciente.  
Uma Campanha da Ouvidoria da SES/PA - Fone: 08008336000





 <b>SUS</b> Sistema Único de Saúde		<b>LAUDO PARA SOLICITAÇÃO DE AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR</b>	
<b>Identificação do Estabelecimento de Saúde</b>			
1 - NOME DO ESTABELECIMENTO SOLICITANTE <b>HOSPITAL REGIONAL DE PICUI</b>		2 - CNES <b>2757710</b>	
<b>Identificação do Paciente</b>			
5 - NOME DO PACIENTE <b>Geildo Fernandes de Sousa</b>		6 - Nº DO PRONTUÁRIO <b>73.204</b>	
7 - CARTÃO NACIONAL DE SAÚDE (CNS)	8 - DATA DE NASCIMENTO <b>23.03.74</b>	9 - SEXO Masc. <input checked="" type="checkbox"/> Fem. <input type="checkbox"/>	10 - RAÇA/COR <b>Parda</b>
11 - NOME DA MÃE <b>Mª. Luzella F. de Sousa</b>		12 - TELEFONE DE CONTATO DDD (83) Nº DO TELEFONE <b>9996-6829</b>	
14 - NOME DO RESPONSÁVEL <b>O pai</b>		13 - TELEFONE DE CONTATO DDD ( ) Nº DO TELEFONE	
15 - ENDEREÇO (RUA, Nº, BAIRRO) <b>Rua: Manuel Gomeas</b>			
16 - MUNICÍPIO DE RESIDÊNCIA <b>Picui</b>	17 - CDD. IAGE MUNICÍPIO <b>251140</b>	18 - UF <b>PB</b>	19 - CEP <b>58.187-000</b>
<b>JUSTIFICATIVA DA INTERNAÇÃO</b>			
- PRINCIPAIS SINAIS E SINTOMAS CLÍNICOS <b>História de queda de membro e fratura no fêmur</b>			
20 - CONDIÇÕES QUE JUSTIFICAM A INTERNAÇÃO <b>Acidente + fratura</b>			
21 - PRINCIPAIS RESULTADOS DE PROVAS DIAGNÓSTICAS (RESULTADOS DE EXAMES REALIZADOS) <b>RM</b>			
22 - DIAGNÓSTICO INICIAL <b>Fract. fêmur</b>		24 - CID 10 PRINCIPAL <b>S930</b>	25 - CID 10 SECUNDÁRIO
		26 - CID 10 CAUSAS ASSOCIADAS	
<b>PROCEDIMENTO SOLICITADO</b>			
27 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO <b>Trat. cirúrg. de Fract. Fêmur</b>		28 - CÓDIGO DO PROCEDIMENTO <b>04.08.05.0217</b>	
29 - CLÍNICA <b>urg.</b>	30 - CARÁTER DA INTERNAÇÃO <b>urg.</b>	31 - DOCUMENTO <b>Ortopedista Traumatologista</b>	
32 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE/ASSISTENTE <b>Carlos Cândia</b>		33 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO) <b>CPF: 043.159.674-50</b>	
34 - DATA DA SOLICITAÇÃO <b>20.07.15</b>		35 - DATA DE REGISTRO DO CONSELHO	
<b>PREENCHER EM CASO DE CAUSAS EXTERNAS (ACIDENTES OU VIOLÊNCIAS)</b>			
36 - ACIDENTE DE TRÂNSITO	37 - CNPJ DA SEGURADORA	40 - Nº DO BILHETE	
38 - ACIDENTE TRABALHO TÍPICO	41 - CNPJ DA EMPRESA	43 - CNIE DA EMPRESA	
39 - ACIDENTE TRABALHO TRAJETO	42 - CNPJ DA EMPRESA	44 - CBOR	
45 - TÍTULO COM A PREVIDÊNCIA EMPREGADO <input type="checkbox"/> EMPREGADOR <input type="checkbox"/> AUTÔNOMO <input type="checkbox"/> DESEMPREGADO <input type="checkbox"/> APOSENTADO <input type="checkbox"/> NÃO SEGURO <input type="checkbox"/>			
<b>AUTORIZAÇÃO</b>			
46 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		47 - CDD. ÓRGÃO EMISSOR	
48 - DOCUMENTO CNS <input type="checkbox"/> CPF <input type="checkbox"/>		52 - Nº DA AUTORIZAÇÃO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR <b>Hospital Regional de Picui</b>	
49 - Nº DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR		Atesto conforme o original.	
50 - DATA DA AUTORIZAÇÃO		Picui, <b>04/08/2015</b>	
51 - ASSINATURA E CARIMBO (Nº DO REGISTRO DO CONSELHO)		Arquivo Médico <b>Feb</b>	

Joselvânia Lima de Melo  
Aux. Administrativo



22  
8



**GOVERNO  
DA PARAÍBA**

**HOSPITAL REGIONAL DE PICUI**  
Rua: Francisco Pereira Gomes, 15 - Monte Santo  
CEP: 58.187-000 - Tel.: (83) 3371-2554/2990  
Picuí - PB - CNPJ: 08.778.268/0001-60

Nº AIH \_\_\_\_\_  
Nº de Ordem \_\_\_\_\_  
Nº de Reg. 74.203  
Nº do Docum. 2475687

### ARQUIVO MÉDICO

Nome: Geildo Fernandes de Sousa.

Responsável: O mesmo

Pai: \_\_\_\_\_

Mãe: Ursula Bizelda F. de Sousa

Prof: Agricultor Data do Nasc. 23/03/74 Idade: 41

Endereço: R. Manoel Sumaré. Nº 30

Bairro: América Cidade: Picuí Est. Civil: Casado

### PREENCHIMENTO MÉDICO

Diagnóstico Definitivo: Fratura de Tornozelo

Tratamento Efetuado no Hospital: cirurgico

Exames Realizados: \_\_\_\_\_

Internado em 20/07/15 Alta em 22/07/15 Óbito em 1 1

Arquivista

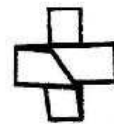
Dr. Carlos Cândido Filho  
Ortopedia/Traumatologia  
CRM 6948 - TERT 1312  
Médico Assistente





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Pínei "Felipe Tíago Gomes"



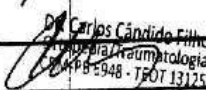
<sup>23</sup>  
SUS

Sistema Único de Saúde

## EVOLUÇÃO

Nome: Reildo Fernandez de Sousa Idade: 41 Reg: 79.204

Serviço: \_\_\_\_\_ Diagnóstico: \_\_\_\_\_ Local: \_\_\_\_\_

Data	Evolução
21/07/15	# ORTOPEDIA # Paciente submetido à + fto cirúrgico p/ fratura bimaleolar de TNP e/ inferomédios.
	Cd: À infermore pós-operação satisfatória.
	Programar alta p/ 23/07
	 Dr. Carlos Cândido Filho Ortopedia Traumatologia RFB 948 - TPO 13125





GOVERNO  
DA PARAÍBA

Hospital Regional de Picuí "Felipe Tiago Gomes"

# FICHA DE ANESTESIA

26/7

NOME		IDADE	SEXO	GR. SANGÜÍNEO
Cíldo Fernandes de Sousa		41		
DIAGNÓSTICO PRÉ-OPERATÓRIO		CATEGORIA	DATA	
Fratura de Tornozelo		SUS	24/07/15	
OPERAÇÃO REALIZADA				
Trat. cirúrgico de Frac. de Tornozelo				
CIRURGIÃO		AUXILIAR	ANESTESISTA	
Dr.º 001/00			Dr.º Roberto	
<b>AGENTES VOLUNTÁRIOS</b>				
CÓDIGO	220			
Anestesia X	200			
Per. Intub. T	180			
Endotr. Pres. A	160			
Distol. Pulso O	140			
Resp. RA	120			
Assit. Resp. RE	100			
Exhant. Resp. RC	80			
Contr.	60			
	40			
	20			
Pré-Anestésico				
Anestesia	<input type="checkbox"/> Geral	<input checked="" type="checkbox"/> Raquiana	<input type="checkbox"/> Peridural	<input type="checkbox"/> Bloqueio de Plexo
Técnica	Venoclise			
Início	Término		Duração minutos	
AGENTES DOSES		LÍQUIDO	ML	
Propofol - 15mg			1.500	
Propofol - 0,5mg				
Clonidine - 0,2mg				
Midazolam - 2,0mg				
Fentanyl - 10mg				
Clonidine - 4mg				
Dexam. - 20mg				
Etidina - 0,1mg				
O2 - 3L				
		TOTAL	1.500	
OBS: Roberto Marinho Alves MÉDICO 251.034.154-53 CRM: 3512				



SUS



ESTADO DA PARAÍBA - SECRETARIA DE SAÚDE  
FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

CODIGO DA UNIDADE: 2757710

NOME: HOSPITAL REGIONAL DE PICUI

CGC/CPF: 08.778.268.0001/60

MUNICIPIO: RUA FRANCISCO PEREIRA GOMES, 15 - BAIRRO MONTE SA

ESTADO: PARAÍBA

UF: 25

Nome: GEILDO FERNANDES DE SOUSA

Raça/Cor: PARDA

Idade: 41 ano(s)

mês(es) de idade

Sexo: M

Mãe: MARIA GIZELDA F. DE SOUSA

Profissão: AGRICULTOR(A)

Documento: 2475687

Endereço: RUA MANUEL SIMEÃO

Nº:

Bairro: CENECISTA

Município/CEP/IBGE: PICUI / 58187000 / 251140

Telefone para contato: (83) 3371-2554

CNS:

Data e Hora: 17/07/2015 18:49:47

SSV

CADASTRO: 230363

PESO:

PA:

TEMP.:

ANAMNESE EXAME FÍSICO (SUMÁRIO)

Porta com lesão de  
ferimento em tórax esquerdo  
segundo do do, aderente  
aos pulmões

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE: (TIPOS)

RESULTADOS

ref. tórax

MATERIAIS - MEDICAMENTOS E OUTROS

1. \_\_\_\_\_
  2. \_\_\_\_\_
  3. \_\_\_\_\_
  4. \_\_\_\_\_
- 01 - ELEIVO CARÂTER DO ATENDIMENTO
- 02 - URGÊNCIA
- 03 - ACIDENTE NO LOCAL DE TRABALHO OU A SERVIÇO DA EMPRESA
- 04 - ACIDENTE NO TRAJETO PARA O TRABALHO
- 05 - OUTROS TIPOS DE LESÕES E ENVENENAMENTO POR AGENTES QUÍMICOS OU FÍSICOS
- PROCEDIMENTO - descrição:

DIAGNÓSTICO:

ref. hemodinâmica da tórax D

MEDICAÇÃO:

- ☐ 1. PRESCRITA
- ☐ 2. APLICADA

ENCAMINHAMENTO:

- ☐ OBSERVAÇÃO
- ☐ RESIDÊNCIA
- ☐ OUTRO HOSPITAL
- ☐ OUTRO
- ☐ INTERNAÇÃO
- ☐ OUTROS

SERVIÇOS REALIZADOS: CÓDIGO / PROCEDIMENTO:

1. \_\_\_\_\_
2. \_\_\_\_\_
3. \_\_\_\_\_

ASS. DO(S) PROFISSIONAL(ES) ASSISTENTE

CNS

CBO

CRM

ASS. DO PACIENTE/ACOMPANHANTE OU RESPONSÁVEL

OU POLEGAR DIREITO

ASS. DO REVISOR TÉCNICO CARMIDO

ASS. DO REVISOR ADMINISTRATIVO CARMIDO

RECEPCIONISTA: HRP

26  
8



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA

CONVÊNIO Nº 015/2014

TERMO DE CONVÊNIO DE  
COOPERAÇÃO INSTITUCIONAL QUE  
ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL DE  
JUSTIÇA DA PARAÍBA E A  
SEGURADORA LIDER DOS  
CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A,  
NOS TERMOS ABAIXO ADUZIDOS.

O TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA, estabelecido na Praça João Pessoa, s/n, Centro, João Pessoa-PB, CEP: 58011-902, inscrito no CNPJ nº 09.283.183/0001-63, neste ato representado por seu Presidente Desembargador ROMERO MARCELO DA FONSECA OLIVEIRA, portador da Cédula de Identidade nº 671.161 SSP/PB, inscrito no Cadastro de Pessoas Físicas sob o nº 020.464.404-63 doravante denominado TRIBUNAL, e a SEGURADORA LIDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 09.248.608/0001-04, com sede na Rua Senador Dantas, 74, 5º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, na qualidade de gestora do seguro DPVAT no Brasil, neste ato representada, por seu Diretor Presidente, RICARDO DE SA ACATAUASSU XAVIER, brasileiro casado, engenheiro, inscrito no CPF/MF 728.150.517-53 - Identidade Detran-RJ 03891764-7 e por seu Diretor Jurídico, MARCELO DAVOLI LOPES, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, Seção de São Paulo, sob o número 145.370, inscrita no CPF/MF sob o número 132.870.808-06, doravante denominada SEGURADORA LIDER, ajustam a celebração do presente CONVÊNIO, sob sujeição às normas da Lei nº 8.666/93, de 21 de junho de 1993, fazendo-o em observância das seguintes cláusulas e condições:





2+

#### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

Constitui objeto do presente convênio o estabelecimento das bases de cooperação entre as partes, no âmbito das suas respectivas áreas de atuação, com vistas à realização de perícias médicas em ações envolvendo o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais por Veículos Automotores de Via Terrestre - DPVAT.

1.1 A realização das perícias judiciais poderá ser indicada pelos magistrados em quaisquer ações que envolvam o seguro DPVAT, independente de qual seja a entidade/seguradora demandada, assim como em pautas concentradas ou matrôes de conciliação.

1.2 Em todas as hipóteses, o magistrado indicará perito de sua confiança, ficando facultada às partes a indicação de assistentes técnicos para acompanhamento das avaliações médicas.

1.3 As perícias realizadas serão pagas pela SEGURADORA LIDER a um valor fixo de R\$ 200,00 (duzentos reais) para perícias judiciais e R\$ 200,00 (duzentos reais) para avaliações médicas realizadas em Matrôes de Conciliação ou Pautas Concentradas de Audiência, independente de seu resultado (constatação ou não de invalidez permanente da vítima periclitada).

1.3.1 - Nas perícias judiciais, a Seguradora Líder deverá ser intimada para efetuar o pagamento em até 15 dias a contar da intimação.

1.3.2 - As avaliações médicas realizadas em Matrôes de Conciliação serão pagas na forma previamente ajustada com o Magistrado responsável pelo evento.

#### CLÁUSULA SEGUNDA - DAS OBRIGAÇÕES CONVENIENTES DOS COMPROMISSOS DOS PARTICIPES

Para o cumprimento do presente convênio, os convenientes comprometem-se a implementar ações conjuntas, observada a legislação em vigor.

2.1 Compete ao TRIBUNAL

0, 4

8



PODER JUDICIARIO DO ESTADO DA PARAIBA  
COMARCA DE PICUI - CENTRAL DE DISTRIBUICAO

28  
8

Tipo de distribuição: SORTEIO - 28/01/2016 12 horas 09 minutos

Processo: 0000090-21.2016.815.0271

Classe: PROCEDIMENTO SUMARIO

SEGURO

Valor da causa : 13500,00

Serie : 11

Autor : GEILDO FERNANDES DE SOUZA

Reu : SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

Vara : VARA UNICA DE PICUI

Juiz : ANA CRISTINA SOARES PENAZZI CO

promotor: ALCIDES LEITE DE AMORIM

DATA  
10 02 16  
mBarros  
Assessor Judicial / Técnico Judicial

GERENCIAMENTO  
Assessor Judicial / Técnico Judicial

SE  
Assessor Judicial / Técnico Judicial

DATA  
15 02 16  
mBarros  
Assessor Judicial / Técnico Judicial





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUI**  
Vara Única

Processo nº: 0000090-21.2016.815.0271

**DESPACHO**

**R. H.**

**Vistos etc.**

Intime(m)-se a parte promovente para, no prazo de 10 (dez) dias, emendar a inicial, instruindo-a com prévio requerimento administrativo junto à seguradora ré, bem como a juntada de comprovante de residência em seu nome, tudo sob pena de indeferimento da inicial<sup>1</sup>.

Cumpra-se.

Picuí, 10 de março de 2016.

**IÊDA MARIA DANTAS**  
**JUÍZA DE DIREITO**

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 10 / 03 / 2015.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)

- 1 *RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo*



## CERTIDÃO

Certifico e dou fé que nesta data EXPEDI:

( ) Mandados de Citação ( ) Carta Precatória  
( ) Mandados de Intimação ( ) Carta de Citacao  
( ) Ofício ( ) Carta de Intimação  
( ) Alvará de soltura nº ( ) Edital  
( ) Mandado de averbação ( ) Alvará de soltura  
( ) Nota de fora nº 338 / 36 ( )

Picuf, 10 / 08 / 16

Analista Judiciário / Técnico Judiciário

admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: *“A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo.”* Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF. Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353 MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015, Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC 09/02/2015).



## Num. 21904010 - Pág. 30

**JUNTA**

Nesta data JUNTO a este processo(a)

( ) Mandado de Citacao	( )
( ) Mandado de Intimação	(X) <u>Intimação</u>
( ) Mandado de Prisão	( ) <u>Edição</u>
( ) Ofício nº	( ) Carta Precatória
( ) Nota de Foro nº	( )

Picuí, 24 / 10 / 2016

[Assinatura]

Analista Judiciária / Técnico Judiciário







LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

31/8

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB

PROCESSO Nº 0000090-21.2016.815.0271

AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUZA

RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

GEILDO FERNANDES DE SOUZA, já qualificado no processo acima referenciado, vem, à presença de Vossa Excelência, por sua advogada adiante assinada, informar e requerer o que consta abaixo.

Em ato ordinatório, o Juízo determinou a apresentação, pelo autor, de comprovante de requerimento administrativo do seguro DPVAT.

O autor informa que não efetuou requerimento administrativo, ao passo que destaca que a ausência deste não é óbice ao pleito na esfera judicial.

Pensar de modo diverso resulta em afronta, clara, ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, *in verbis*:

*"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".*

O sistema jurídico brasileiro não admite que uma pretensão jurídica seja impedida em razão da existência do processo administrativo, não pode este impedir que o administrado recorra à via Judicial quando entender que seja cabível.

Em seus ensinamentos, o constitucionalista José Afonso da Silva, ao se referir aos direitos subjetivos, assim se posicionou:

*"O princípio da proteção judiciária, também chamado princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, constitui, em verdade, a principal garantia dos direitos subjetivos".*

CCMSP

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB

AG. DANTAS



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 425598 - AGF PUNTO DE CEM REIS

JOAO PESSOA - PB  
CNPJ...: 41153495000176 Tel.:  
Ins. Est.: 160946654

COMPROVANTE DO CLIENTE

Cliente.....: FORUM DE PICUI  
CNPJ/CPF.....: 00000000000000

Movimento.: 30/08/2016 Hora.....: 15:52:04  
Caixa.....: 77102212 Matrícula.: 0283\*\*\*\*\*  
Lancamento.: 052 Atendimento.: 00041  
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1190667578

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
CARTA COMERCIAL A V	4	6,80+
Valor do Porte(R\$)...	1,70	
Peso real (G).....	10	
Selo Estampado.....	6,80	
Máquina utilizada...	201335	
Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)		
SELO 0,10 REGULAR T	1	0,10+
Preço Unitário(R\$)...	0,10	
SELO 1,50 REG PORTI	5	7,50+
Preço Unitário(R\$)...	1,50	
SEDEX A VISTA	1	23,00+
Valor do Porte(R\$)...	18,70	
Cep Destino: 58187-000 (PB)		
Peso real (KG).....	0,134	
Peso Tarifado:.....	0,134	
OBJETO.....: SN595809580BR		

PE - 4 ED - S ES - N

AVISO DE RECEBIMENTO: 4,30

Destinatário...:

Nome Remetente.: LACERDA SANTANA ADVOCACIA

Endereço Remet.: , -

Cidade Remet...:

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

Não houve opção pelo serviço Mão Própria.  
O objeto poderá ser entregue no endereço  
indicado, a quem se apresentar para  
recebê-lo.

Valor Declarado não solicitado(R\$)

No caso de objeto com valor, faça seguro,  
declarando o valor do objeto.

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.

ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.

ES - Entrega sábado - Sim/Não.

RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R\$)=====> 37,40  
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 50,00

TROCO(R\$)=====> 12,60

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

De 28/07 a 18/09, período das olimpíadas,  
o prazo de entrega está ampliado de/para a  
região metropolitana do Rio de Janeiro.

SARA 7.5.03



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 11/06/2019 07:42:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061107443300000000021273336>

Número do documento: 19061107443300000000021273336



LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

32  
H

O direito de ação, direito subjetivo público de se pleitear a tutela jurisdicional do Estado, é constitucionalmente identificado como instrumento de cidadania.

Veja-se o posicionamento do **TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA**, em recentes decisões:

Apelação Cível n.º 0005292-37.2009.815.0331.  
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA.  
**GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS.**  
**A C Ó R D Ã O.**  
**APELAÇÃO CÍVEL** n.º 0005292-37.2009.815. 0331.  
**ORIGEM** : Comarca de Santa Rita- 5ª Vara.  
**RELATOR** : Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos.  
**APELANTE** : Unibanco AIG Seguros S/A.  
**ADVOGADO** : Rostand Inácio dos Santos.  
**APELADO** : Adalzira de Oliveira Delfino.  
**ADVOGADO** : Marcos Antônio Inácio da Silva.

**PROCESSUAL CIVIL** – Apelação cível – Preliminar – Ação de cobrança de **seguro DPVAT** – Carência de ação por falta de interesse de agir – **Ausência de requerimento administrativo prévio – Desnecessidade – Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF)** - Matéria recursal ventilada em preliminar em confronto com a jurisprudência dominante do STJ – Rejeição – Ilegitimidade Passiva “ad causum”- Provocação de qualquer seguradora consorciada – Rejeição.

¶ Não é obrigatório o prévio requerimento na via administrativa do pagamento do seguro DPVAT para o ingresso no Poder Judiciário.¶ O “direito de ação” é uma garantia constitucionalmente assegurada (art. 5º, XXXV, CF), não sendo possível exigir que a parte esgote as vias administrativas antes de ingressar com uma demanda judicial. (Grifei).

PROCESSO CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. **FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. REJEIÇÃO DAS**

CCM59

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

33  
A

**PRELIMINARES.** APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. JUROS DE MORA. CITAÇÃO SÚMULA 426, DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO SÚMULA 43, DO STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Preliminar de Ilegitimidade Passiva. A escolha da seguradora contra quem vai litigar o beneficiário do seguro DPVAT pertence tão somente a este, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras.

- Preliminar de Falta de Interesse de agir. Não se pode exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Além disso, resta comprovada a existência de uma pretensão resistida se a ré não efetua o pagamento do seguro após a citação.

TJPB - Acórdão do processo nº 00120090152115001  
Órgão (1 CAMARA CIVEL) - Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS - j. Em 30/04/2013.

APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESA CONSORCIADA AO SEGURO DPVAT. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE DE ACIONAR QUALQUER DAS INTEGRANTES DO CONSÓRCIO. REJEIÇÃO.

**CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ANTERIOR. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. NÃO ACOLHIMENTO.**

- Não há dúvida da legitimidade passiva da ré, na medida em que faz parte do consórcio das seguradoras operantes no seguro DPAVT, podendo ser responsabilizada pelo pagamento do capital segurado, em caso de seguro não realizado, nos termos do art. 7º da Lei nº 6.194/74.

A

CCMSF

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Ordine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 11/06/2019 07:42:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061107443300000000021273336>

Número do documento: 19061107443300000000021273336

Num. 21904010 - Pág. 35



LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

35  
48

Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO.**

O acesso ao Poder Judiciário não pode ser condicionado à prévia solicitação administrativa de pagamento da indenização securitária, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Precedentes desta Câmara. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

(TJ/RS. Quinta Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 70064284797. Desembargadora Relatora Isabel Dias Almeida. Data do Julgamento: 13/04/2015)

Acórdão do Tribunal de Justiça do Maranhão:

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. REMESSA DOS AUTOS PARA A COMARCA DE ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.**

**I - A falta de requerimento administrativo, não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na justiça**, sob pena de violação ao direito esculpido em nossa Carta Magna art. 5º, XXXV, da CF ("A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito).

**II - Apelo provido.**

(TJ/MA. Segunda Câmara Cível. Apelação nº 0302982012. Proc. nº 0000158-07.2011.8.10.0102. Desembargadora Relatora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa. Data do Julgamento: 30/10/2012)

CCMSP

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB

35  
48





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

36  
H

Portanto, mostra-se clara a desnecessidade do requerimento administrativo para o ajuizamento de ações de cobrança do seguro DPVAT.

Feitos os esclarecimentos, requer-se o prosseguimento do feito em seus ulteriores procedimentos, para a devida procedência da corrente ação; a juntada do comprovante de residência e certidão de nascimento da filha do autor, bem como, se pugna que todas as intimações à autora sejam feitas, exclusivamente, em nome da advogada Maria Lucineide Lacerda de Santana, OAB/PB 11.662-B, sob pena de nulidade.

João Pessoa/PB, 30 de Agosto de 2016.

P. deferimento,

  
MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA  
OAB/PB. 11.662-B

CCMS?

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB









REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

*Handwritten signature and initials*

Estado d a Paraíba,  
Município (ou Comarca) d e Picuí.  
Certório d o Registro Civil.

REGISTRO CIVIL

Lucia de Fátima Macedo Cavalcanti.  
OFICIAL DO REGISTRO CIVIL

Ricardo Wagner Macedo Cavalcanti.  
ESCREVENTE.

NASCIMENTO Nº. 18.606

Certifico que às fls. 09-V do Livro nº. A-20 do Registro de Nascimento foi feito hoje o nascimento de MARIA JÉSSICA DA SILVA SOUSA.

Nascido aos 31 de maio de 1999 às 22: horas e 30 minutos.  
no Hospital Maternidade Nossa Senhora de Fátima-Picuí-PB.

do sexo feminino filh a

de Getúlio Fernandes de Sousa, agricultor, natural de Picuí-PB.

e de Maria Aldilene da Silva, do lar, natural do Munic. de Nova Floresta-PB.

sendo avós paternos Gilvan Clemente de Sousa

Maria Cizelda Fernandes de Sousa

e maternos Francisco de Assis da Silva

Maria da Luz da Silva

Foi declarante O genitor da registrada.

e serviram de Testemunhas Réaumur Flávio Parias de Barros, comerciante e Amaro Me-  
teiros, agricultor, residentes nesta Cidade.

Observações Os genitores da registrada residem no Sítio Boa Sorte-  
Picuí-PB.

O referido é verdade e dou fé

Picuí, 10 de junho de 1999.

*Handwritten signature*  
O Oficial



## CONCLUSÃO

Concluído nesta data em 11/06/2019, Juiz de Direito,

Picuí, 22 de 11 de 16

*[Assinatura]*

Analista Judiciário / Técnico Judiciário





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUI**  
Vara Única

**Processo nº 0000090-21.2016.815.0271**

Natureza: Cobrança de Seguro DPVAT

Autor: Geildo Fernandes de Sousa

Promovido: Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A.

## **SENTENÇA**

Vistos, etc.

**Geildo Fernandes de Sousa** nos autos qualificado, por seu procurador, legalmente constituído, ingressou em juízo com a presente **ação de cobrança (seguro DPVAT)** em desfavor da Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT S.A., também qualificada nos autos, nos termos constantes da peça preambular.

Da leitura da inicial e dos elementos constantes nos autos, vislumbro que o autor não procurou receber o valor que alega ser devido na esfera administrativa.

Intimado a instruir o pedido com o requerimento administrativo prévio, o autor não o fez.

**Eis o relatório.**

**Passo a decidir.**

O art. 330, do CPC, em seu inciso III, dispõe que a petição inicial será indeferida quando o autor **carecer de interesse processual**.

Como se sabe, o interesse de agir, em sua vertente da necessidade, surge quando, realmente, for necessário se a buscar a jurisdição como forma de solução de um conflito.

Segundo a melhor doutrina "*o exame da necessidade da jurisdição fundamenta-se na premissa de que a jurisdição tem de ser encarada como última forma de solução de conflito*". (In: Curso de Processo Civil: Fredie Didier Júnior. Teoria Geral do Processo e Processo de Conhecimento. 11ª Edição. Volume 1, Jus Podvim, 197).

Em demandas dessa natureza é de todos sabido que é plenamente possível se buscar a indenização, que ora se pleiteia, na via administrativa, sem maiores problemas.

Assim, qual a razão de se buscar a jurisdição?

Apenas com a negativa administrativa é que se poderia falar no surgimento do interesse de agir, posto que, somente assim, é que se poderia falar em uma pretensão resistida, a subsidiar a presente demanda.





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

Ora, se o cidadão pode resolver as suas questões extra judicialmente, qual o motivo de se buscar o Poder Judiciário que, atualmente, encontra-se saturado?

Não foi por outra razão, que o Colendo Superior Tribunal de Justiça, fixou o entendendo de que o prévio requerimento administrativo configura requisito indispensável para demandas como esta. Nesse sentido, trago à colação o seguinte julgado:

**AGRAVO REGIMENTAL. RECURSO ESPECIAL. SEGURO. DPVAT. REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. REQUISITO ESSENCIAL PARA PROPOSITURA DE AÇÃO JUDICIAL PARA CONFIGURAÇÃO DO INTERESSE DE AGIR. INÉRCIA DO AUTOR QUANTO A ESTE PEDIDO. REVERSÃO DO ENTENDIMENTO. IMPOSSIBILIDADE. INCURSÃO EM MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7/STJ. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA INAFSTABILIDADE DO ACESSO À JUSTIÇA. IMPOSSIBILIDADE DE EXAME POR ESTA CORTE DE JUSTIÇA. MATÉRIA ATINENTE À COMPETÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. 1. O requerimento administrativo prévio constitui requisito essencial para o ingresso da demanda judicial. 2. Rever o entendimento firmado pelo acórdão recorrido, no sentido da não formulação do requerimento administrativo, demanda a análise do acervo fático-probatório dos autos, o que encontra óbice na Súmula 7/STJ. 3. O tema constitucional em discussão (inafastabilidade do acesso ao Poder Judiciário) refoge à alçada de controle desta Corte Superior de Justiça. 4. Agravo regimental desprovido. (AgRg no REsp 936574 / SP; Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO; T3 - TERCEIRA TURMA; DJe 08/08/2011)**

No mesmo sentido é o entendimento do Pretório Excelso, quando do julgamento do RE 631.240, em que foi reconhecida a repercussão geral da matéria:

**RECURSO EXTRAORDINÁRIO. CIVIL E PROCESSUAL CIVIL. DPVAT. NECESSIDADE DE PRÉVIO REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO. INEXISTÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR. MATÉRIA COM REPERCUSSÃO GERAL JULGADA PELO PLENÁRIO DO STF NO RE 631.240. RECURSO DESPROVIDO. Decisão: Trata-se de recurso extraordinário, interposto por Welho Lopes de Oliveira Bezerra, com fundamento no art. 102, III, a, da Constituição Federal, contra**





**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUI**  
Vara Única

acórdão da Turma Recursal Única Cível e Criminal da Comarca de Imperatriz/MA, assim do (fl. 157): "SÚMULA DO JULGAMENTO. RECURSO INOMINADO. SEGURO DPVAT. PEDIDO ADMINISTRATIVO NÃO DEMONSTRADO. CARÊNCIA DE AÇÃO. AUSÊNCIA DE INTERESSE DE AGIR DE OFÍCIO. EXTINÇÃO SEM RESOLUÇÃO DO MÉRITO. POR UNANIMIDADE. 1. Inexiste uma das condições da ação, pois não há indício de que fora realizado qualquer pedido administrativo. 2. Princípio da inafastabilidade da jurisdição. As garantias constitucionais devem se submeter às normas infraconstitucionais do direito processual, neste caso, a falta de interesse processual. 3. Necessidade do prévio requerimento administrativo, gerando a pretensão resistida e configurando a necessidade de intervenção do Poder Judiciário. 4. Sendo a condição da ação matéria de ordem pública, pode ser examinada ex officio e a qualquer tempo ou grau de jurisdição, inclusive pelas Turmas Recursais. 5. Reconhecimento, de ofício, da falta de interesse de agir e extinção do processo, sem resolução do mérito, nos termos do art. 267, VI, do CPC, excluindo-se a condenação porventura fixada em sentença. 6. Sem condenação em custas e honorários advocatícios. 7. Por unanimidade". Opostos embargos de declaração, foram rejeitados. Nas razões do apelo extremo, sustenta preliminar de repercussão geral e, no mérito, alega violação ao artigo 5º, XXXV e XXXVI, da Constituição Federal. O Tribunal a quo admitiu o recurso extraordinário. É o relatório. DECIDO. Não merece prosperar o recurso. Esta Corte já firmou entendimento no sentido de que o estabelecimento de condições para o exercício do direito de ação é compatível com o princípio do livre acesso ao Poder Judiciário, previsto no artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. A ameaça ou lesão a direito aptas a ensejarem a necessidade de manifestação judiciária do Estado só se caracterizam após o prévio requerimento administrativo, o qual não se confunde com o esgotamento das instâncias administrativas, consoante firmado pelo Plenário da Corte no julgamento de repercussão geral reconhecida nos autos do RE 631.240, Rel. Min. Roberto Barroso, Sessão do dia 03/9/2014, nos termos do seguinte trecho do referido julgado: "A instituição de condições para o regular exercício do direito de ação é compatível com o art. 5º, XXXV, da Constituição. Para se caracterizar a presença de interesse em agir, é preciso haver necessidade de ir a juízo." Ex positis, DESPROVEJO o recurso, com fundamento no artigo 21, § 1º, do RISTF.







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUI**  
Vara Única

Publique-se. Brasília, 4 de fevereiro de 2015. Ministro Luiz Fux  
Relator Documento assinado digitalmente (STF - RE: 839353  
MA, Relator: Min. LUIZ FUX, Data de Julgamento: 04/02/2015,  
Data de Publicação: DJe-026 DIVULG 06/02/2015 PUBLIC  
09/02/2015).

No caso em apreço, como relatado, o autor sequer tentou receber os valores que entende devido administrativamente, razão pela qual, não há que se falar em interesse de agir.

Por fim, é importante registrar, que a prova do prévio requerimento administrativo, por ser considerado documento indispensável à propositura da ação, deveria ter sido apresentado já com a petição inicial, conforme o que estabelece o art. 320 do CPC.

Entretanto, ainda que intimado a instruir a exordial com prova do requerimento administrativo prévio, a parte não o fez, sendo forçoso o indeferimento da petição inicial, nos termos do art. 330, IV, do CPC.

**À LUZ DO EXPOSTO**, com supedâneo no que dos autos consta, **INDEFIRO A PETIÇÃO INICIAL**, e o faço com espeque nos arts. 330, III e IV, c/c art. 485, inciso I e VI, do Código de Processo Civil.

Custas pelo autor, observado o artigo 12 da Lei 1.060/50, em razão da justiça gratuita a qual defiro neste ato.

Transitada em julgado, com as cautelas de estilo, dê-se baixa na distribuição e arquivem-se os presentes autos.

Picuí, 9 de março de 2017.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 15 / 03 / 2017.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



42

APR 15 03 17

**CERTIDÃO**

Plou, 15 / 03 / 14

~~Analista Judiciário / Técnico Judiciário~~

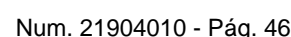
Certo, dou fé que nesta data EXPEDI

PICU: 11 / 05 / 14

**Analista Judiciário / Técnico Judiciário**



© 2005 Blackwell Publishing Ltd, *Journal of Internal Medicine* 258: 105–112



**JUNTA DA**

Nesta data JUNTO a estes autos o(a)

( ) PROCURADOR GERAL

( ) PROCURADOR DE JUSTIÇA

( ) SUBPROCURADOR GERAL

( ) COORDENADOR

( ) DIRETOR DO FÓRUM

( ) CARTA REQUISIÇÃO

FICUJ, 25 / 06 / 2017

Analista Judiciária / Técnica Judiciária





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

GERÊNCIA DO FÓRUM  
Recebi em, 24/05/17  
de 08/17

H3  
[Handwritten signature]

**EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUI/PB**

**PROCESSO Nº 0000090-21.2016.815.0271**

**AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUSA**

**RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT**

**GEILDO FERNANDES DE SOUSA**, já qualificado nos autos da ação em epígrafe em que contende com o **INSS – INSTITUTO NACIONAL DE SEGURIDADE SOCIAL** – vem respeitosamente à presença de V. Ex<sup>a</sup>, por sua advogada adiante assinada, não se conformando, *data venia*, com a r. sentença, interpor

### **APELAÇÃO**

Com as razões que o justificam em anexo, requerendo a V. Ex<sup>a</sup> se digne recebê-la, determinando seu regular processamento e encaminhá-lo ao Egrégio Tribunal de Justiça da Paraíba.

Termos em que,  
Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 18 de Maio de 2017.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**  
**OAB/PB 11.662-B**

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB

GCA



ECT - EMP. BRAS. DE CORREIOS E TELEGRAFOS  
Ag: 425598 - AGF PONTO DE CEM REIS

JOAO PESSOA - PB  
CNPJ....: 41153495000176 Tel.:  
Ins Est.: 160946654

COMPROVANTE DO CLIENTE

Movimento.: 19/05/2017 Hora.....: 16:01:27  
Caixa.....: 81133553 Matrícula.: 0283\*\*\*\*\*  
Lancamento.: 118 Atendimento: 00062  
Modalidade.: A Vista ID Tiquete.: 1304231635

DESCRIÇÃO	QTD.	PREÇO(R\$)
SEDEX A VISTA	1	24,00+
Valor do Porte(R\$)...	19,70	
Cep Destino: 58187-000 (PB)		
Peso real (KG).....	0,092	
Peso Tarifado:.....	0,092	
OBJETO.....	0Y190257172BR	

PE - 0  
AVISO DE RECEBIMENTO: 4,30  
Destinatário...: FORUM DE PICUI  
Nome Remetente.: LACERDA E SANTANA ADVOCACI  
Cont. Nome.....: A  
Endereço Remet.: AVENIDA Avenida Dom Pedro  
Cont Endereço.: II,705 - até 1238/1239 - C  
Cep Remetente..: 58013-420  
Cidade Remet...: JOAO PESSOA  
UF Remet.....: PB

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)  
Não houve opção pelo serviço Mão Própria.  
O objeto poderá ser entregue no endereço indicado, a quem se apresentar para recebê-lo.

SELO 1º PORTE DE CA 6 7,50+  
Preço Unitário(R\$)..: 1,25

Valor Declarado não solicitado(R\$)  
No caso de objeto com valor,  
utilize o serviço adicional de valor declarado

PE - Prazo final de entrega em dias úteis.  
ED - Entrega domiciliar - Sim/Não.  
ES - Entrega sábado - Sim/Não.  
RE - Restrição de entrega - Sim/Não.

TOTAL(R\$)=====> 31,50  
VALOR RECEBIDO(R\$)=> 31,50

Obj Postado após horário lim post ag. DH (Depois da Hora)

SERV. POSTAIS: DIREITOS E DEVERES-LEI 6538/78

Os prazos de entrega poderão sofrer atrasos.

A-CLIENTE

SARA 7.7.07







LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

## APELAÇÃO

PROCESSO Nº 0000090-21.2016.815.0271  
AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUSA  
RÉ: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT

### RAZÕES DO RECURSO

Colendo Colegiado,

Ilustre Relator:

Trata-se de ação de cobrança referente ao seguro DPVAT.

Instruído o feito, adveio sentença que extinguiu a ação sem resolução de mérito, por ausência de interesse processual, sob o argumento de que o autor não formulou pedido administrativo do aludido seguro.

Com máxima vênia, a r. sentença incorreu em erro, merecendo reforma, conforme será adiante demonstrado.

### DA DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ANTERIOR. DA AFRONTA AO PRÍNCIPIO CONSTITUCIONAL DA INAFASTABILIDADE DA JURISDIÇÃO

A ausência de requerimento do autor, pleiteando o recebimento do seguro DPVAT nas vias administrativas, não o inibe de reivindicar, diretamente em Juízo, o seguro que lhe cabe.

GCA

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

45  
C

Pensar de modo diverso resulta em afronta, clara, ao princípio constitucional da inafastabilidade da jurisdição, insculpido no inciso XXXV do artigo 5º da Constituição Federal, *in verbis*:

"A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito".

O sistema jurídico brasileiro não admite que uma pretensão jurídica seja impedida em razão da existência do processo administrativo, não pode este impedir que o administrado recorra à via Judicial quando entender que seja cabível.

Em seus ensinamentos, o constitucionalista José Afonso da Silva, ao se referir aos direitos subjetivos, assim se posicionou:

"O princípio da proteção judiciária, também chamado princípio da inafastabilidade do controle jurisdicional, constitui, em verdade, a principal garantia dos direitos subjetivos".

O direito de ação, direito subjetivo público de se pleitear a tutela jurisdicional do Estado, é constitucionalmente identificado como instrumento de cidadania.

Vejamos o posicionamento do TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA, em recentes decisões:

Apelação Cível n.º 0005292-37.2009.815.0331.  
PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA.  
**GAB. DES. ABRAHAM LINCOLN DA CUNHA RAMOS.**  
**A C Ó R D ã O.**  
**APELAÇÃO CÍVEL** n.º 0005292-37.2009.815. 0331.  
**ORIGEM** : Comarca de Santa Rita- 5ª Vara.  
**RELATOR** : Exmo. Des. Abraham Lincoln da Cunha Ramos.  
**APELANTE** : Unibanco AIG Seguros S/A.  
**ADVOGADO** : Rostand Inácio dos Santos.  
**APELADO** : Adalzira de Oliveira Delfino.  
**ADVOGADO** : Marcos Antônio Inácio da Silva.

**PROCESSUAL CIVIL** – Apelação cível – Preliminar – Ação de cobrança de **seguro DPVAT** – Carência de ação por falta de interesse de agir – **Ausência de requerimento administrativo prévio – Desnecessidade – Princípio da inafastabilidade da jurisdição (art. 5º, XXXV, CF)** - Matéria recursal ventilada em preliminar em confronto com a

CA

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

246  
2

jurisprudência dominante do STJ – Rejeição – Ilegitimidade Passiva “ad causum”- Provocação de qualquer seguradora consorciada – Rejeição.  
[ ] Não é obrigatório o prévio requerimento na via administrativa do pagamento do seguro DPVAT para o ingresso no Poder Judiciário. [ ] O “direito de ação” é uma garantia constitucionalmente assegurada (art. 5º, XXXV, CF), não sendo possível exigir que a parte esgote as vias administrativas antes de ingressar com uma demanda judicial. (Grifei).

PROCESSO CIVIL. ILEGITIMIDADE PASSIVA. INOCORRÊNCIA. FALTA DE INTERESSE DE AGIR. INEXISTÊNCIA DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO PRÉVIO. DESNECESSIDADE. REJEIÇÃO DAS PRELIMINARES. APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE COBRANÇA. ACIDENTE DE TRÂNSITO. DPVAT. DEBILIDADE PERMANENTE. FIXAÇÃO DO VALOR INDENIZATÓRIO. MANUTENÇÃO. JUROS DE MORA. CITAÇÃO SÚMULA 426, DO STJ. CORREÇÃO MONETÁRIA. INCIDÊNCIA A PARTIR DO EVENTO DANOSO SÚMULA 43, DO STJ. DESPROVIMENTO DO RECURSO.

- Preliminar de Ilegitimidade Passiva. A escolha da seguradora contra quem vai litigar o beneficiário do seguro DPVAT pertence tão somente a este, não sendo oponível a resolução do CNSP que criou a entidade líder das seguradoras.

- Preliminar de Falta de Interesse de agir. Não se pode exigir o prévio requerimento administrativo do pagamento do DPVAT para que a vítima de acidente ou o beneficiário do seguro postule-o judicialmente, sob pena de afronta ao princípio da inafastabilidade da jurisdição. Além disso, resta comprovada a existência de uma pretensão resistida se a ré não efetua o pagamento do seguro após a citação.

TJPB - Acórdão do processo nº 00120090152115001  
Órgão (1 CAMARA CIVEL) - Relator DES. LEANDRO DOS SANTOS - j. Em 30/04/2013.

APELAÇÃO. SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INDENIZAÇÃO. PRELIMINARES. ILEGITIMIDADE PASSIVA. EMPRESA CONSORCIADA AO SEGURO DPVAT. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA. POSSIBILIDADE DE ACIONAR QUALQUER DAS INTE- GRANTES DO CONSÓRCIO. REJEIÇÃO.

CARÊNCIA DE AÇÃO POR FALTA DE INTERESSE DE AGIR. DESNECESSIDADE DE REQUERIMENTO ADMINISTRATIVO ANTERIOR. PRINCÍPIO DA INAFASTABILIDADE DA APRECIÇÃO DO PODER JUDICIÁRIO. NÃO ACOLHIMENTO.

- Não há dúvida da legitimidade passiva da ré, na medida em que faz parte do consórcio das seguradoras operantes no seguro

GCA

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB



Assinado eletronicamente por: IRANILDA DANTAS - 11/06/2019 07:42:35

<http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19061107443300000000021273336>

Número do documento: 19061107443300000000021273336

Num. 21904010 - Pág. 52



LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

MP  
C

DPAVT, podendo ser responsabilizada pelo pagamento do capital segurado, em caso de seguro não realizado, nos termos do art. 7º da Lei nº 6.194/74.

**Para o recebimento da indenização relativa ao Seguro DPVAT, não há necessidade de prévio esgotamento da via administrativa, como condição para o beneficiário ingressar em juízo e o interesse de agir liga-se à necessidade de satisfação de uma pretensão da parte que, se não propuser a demanda, pode vir a sofrer um prejuízo.**

TJPB - Acórdão do processo nº 20020100021316001

Órgão (4 CAMARA CIVEL) - Relator DES. FREDE-RICO MARTINHO DA NÓBREGA COUTINHO - j. em 04/04/2013.

Em acréscimo, colaciona-se abaixo entendimentos jurisprudenciais de outros tribunais acerca da matéria.

Acórdão do Tribunal de Justiça de São Paulo:

ACIDENTE DE VEÍCULO - AÇÃO DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT) - PROVA DE PRÉVIO PEDIDO NA ESFERA ADMINISTRATIVA E DA RECUSA DE PAGAMENTO - DESNECESSIDADE - INDEFERIMENTO DA INICIAL POR FALTA DE INTERESSE PROCESSUAL NA DEMANDA - AFASTAMENTO - RECURSO DO AUTOR PROVIDO.

A comprovação do requerimento prévio no âmbito administrativo, bem como da recusa da seguradora no atendimento ao pedido, não constituem pressupostos ou condições de admissibilidade para a propositura da ação de cobrança de indenização de seguro obrigatório. No caso vertente, impõe-se reconhecer o interesse processual do autor, consubstanciado no intuito de buscar na via judicial a indenização que entende fazer jus a título de seguro obrigatório (DPVAT), sob pena de ofensa à garantia constitucional do amplo acesso à Justiça (art. 5º, XXXV, da Constituição Federal).

(TJ/SP. 31ª Câmara de Direito Privado. Apelação nº 00608124020128260114. Proc. nº 0060812-40.2012.8.26.0114. Desembargador Relator Paulo Ayrosa. Data do Julgamento: 07/07/2015)

Acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul:

GCA

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

**AGRAVO DE INSTRUMENTO. SEGURO. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. INTERESSE PROCESSUAL CONFIGURADO.**

O acesso ao Poder Judiciário não pode ser condicionado à prévia solicitação administrativa de pagamento da indenização securitária, sob pena de ofensa ao artigo 5º, XXXV, da Constituição Federal. Precedentes desta Câmara. RECURSO PROVIDO, EM DECISÃO MONOCRÁTICA.

(TJ/RS. Quinta Câmara Cível. Agravo de Instrumento nº 70064284797. Desembargadora Relatora Isabel Dias Almeida. Data do Julgamento: 13/04/2015)

Acórdão do Tribunal de Justiça do Maranhão:

**APELAÇÃO CÍVEL. DPVAT. AUSÊNCIA DE PEDIDO ADMINISTRATIVO. DESNECESSIDADE DE EXAURIMENTO DA VIA ADMINISTRATIVA. REMESSA DOS AUTOS PARA A COMARCA DE ORIGEM PARA O REGULAR PROSSEGUIMENTO DO FEITO.**

I - A falta de requerimento administrativo, não retira dos beneficiários o direito de postular a indenização diretamente na justiça, sob pena de violação ao direito esculpido em nossa Carta Magna art. 5º, XXXV, da CF ("A lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça de direito).

II - Apelo provido.

(TJ/MA. Segunda Câmara Cível. Apelação nº 0302982012. Proc. nº 0000158-07.2011.8.10.0102. Desembargadora Relatora Nelma Celeste Souza Silva Sarney Costa. Data do Julgamento: 30/10/2012)

Portanto, mostra-se clara a desnecessidade do requerimento administrativo para o ajuizamento de ações de cobrança do seguro DPVAT, incorrendo em falha a sentença ao entender pela inexistência de interesse processual.

**CONCLUSÃO**

Assim, Digníssimo Relator, requer, com fulcro na CF/88 e demais legislação aplicável à espécie, bem como os princípios gerais do Direito, a esse Egrégio Tribunal em

GCA

(83) 3241.6957

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua. Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mel Shopping • Sapé - PB





LACERDA SANTANA  
ADVOCACIA

h3

dar provimento ao recurso para declarar a existência de interesse processual e anular a sentença de piso, devolvendo os autos ao Juízo de 1º grau para o devido enfrentamento do mérito.

Nestes termos,  
Pede DEFERIMENTO.

João Pessoa/PB, 18 de Maio de 2017.

MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA  
OAB/PB 11.662-B

(83) 3241.6957

CCA

Av. Dom Pedro II, 705 • Centro • CEP 58013-420 • João Pessoa - PB  
Rua Orcine Fernandes, 63 • sala 110 • Mei Shopping • Sapé - PB



**CONCLUSÃO**  
Escritório de Atendimento ao Cidadão - Juízo de Direito  
Data: 29 / 05 / 14  
Assinatura Judicial / Técnico Judicial







**PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DA PARAÍBA**  
**COMARCA DE PICUÍ**  
Vara Única

Processo nº 0000090-21.2016.815.0271

**DESPACHO**

Vistos, etc.

1. Mantenho a sentença impugnada, pelos fundamentos nela contidos;
2. **Cite-se** o réu para responder ao recurso de apelação, no prazo de 15 (quinze) dias (art. 331, §1º, CPC);
3. Decorrido o prazo, com ou sem manifestação, remetam-se os autos ao E. TJPB.

Picuí, 28 de agosto de 2017.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**

**DATA**

Nesta data recebi os presentes do MM. Juiz de Direito.

Picuí, 08 / 09 / 2017.

Analista/Técnico(a) Judiciário(a)



**CERTIDÃO**  
Certifico que procedi a BAIXA do  
presente AUTO DO SISTEMA. Dou fé.  
Picut, 25 / 03 / 2019  
*[Assinatura]*  
Analista Judiciária / Técnico Judiciário





PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI

VARA ÚNICA DE PICUI  
Rua São Sebastião, S/N - Centro, Picuí-PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83) 3371-2403

ATO ORDINATÓRIO (ART. 349, CÓDIGO DE NORMAS JUDICIAIS - CGJPB)

Nº DO PROCESSO: 0000090-21.2016.8.15.0271

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUZA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS S/A

De acordo com as prescrições do art. 349 e seguintes do Código de Normas Judiciais da Corregedoria Geral de Justiça, que delega poderes ao Analista/Técnico Judiciário para a prática de atos ordinatórios e de administração, e nos termos do Ato da Presidência n. 15/2018, **COMUNICO** a conclusão do procedimento de migração dos autos físicos de n. **0000090-21.2016.8.15.0271** para o **PJe (Processo Judicial Eletrônico)** e **INTIMO** as partes, por seus advogados, defensores públicos ou dativos, Fazenda Pública e o Ministério Público, regularmente habilitados perante o sistema de processo eletrônico - PJe, a requerer o que for pertinente, em 10 (dez) dias, sob pena de preclusão.

João Pessoa/PB, 22 de agosto de 2019.

ELIELTON ALVES DA SILVA  
Técnico Judiciário



**EXMO SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA VARA ÚNICA DA COMARCA DE PICUÍ/PB**

**PROCESSO Nº 0000090-21.2016.8.15.02**

**AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUZA**

**RÉU: SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DPVAT S/A**

**GEILDO FERNANDES DE SOUZA**, já devidamente qualificado nos autos, vem, à presença de Vossa Excelência, por intermédio de sua advogada, **REQUERER A DESISTÊNCIA DO RECURSO DE APELAÇÃO.**

Termos em que,  
Pede deferimento.

João Pessoa/PB, 13 de Janeiro de 2020.

**MARIA LUCINEIDE DE LACERDA SANTANA**  
**OAB/PB 11.662-B**





**Tribunal de Justiça da Paraíba**  
**Vara Única de Picuí**

**PROCESSO Nº 0000090-21.2016.8.15.0271**  
**Natureza: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)**  
**AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUZA**  
**REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**

**DECISÃO**

Vistos e etc,

**Homologo a desistência do recurso requerida na petição de id. [27422992](#).**

Sendo assim, **certifique-se o trânsito em julgado da sentença** de id. 21904010 - Pág. 41/44 e, em seguida, arquivem-se os autos.

Publique-se. Intimem-se.

Picuí, data e assinatura eletrônicas.

**ANYFRANCIS ARAÚJO DA SILVA**  
**Juiz de Direito**



PODER JUDICIÁRIO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
ESTADO DA PARAÍBA  
COMARCA DE PICUI

VARA ÚNICA  
Rua São Sebastião, S/N - Centro - Picuí/PB  
CEP: 58.187-000, Telefone: (83)3371-2403

Nº DO PROCESSO: 0000090-21.2016.8.15.0271  
PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)  
AUTOR: GEILDO FERNANDES DE SOUZA  
REU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico e dou fé que a sentença prolatada nestes autos transitou em julgado no dia 05/06/2017.

Picuí/PB, 5 de junho de 2020.

LOURDEMAR VERAS FARES DAVID  
Técnico Judiciário